

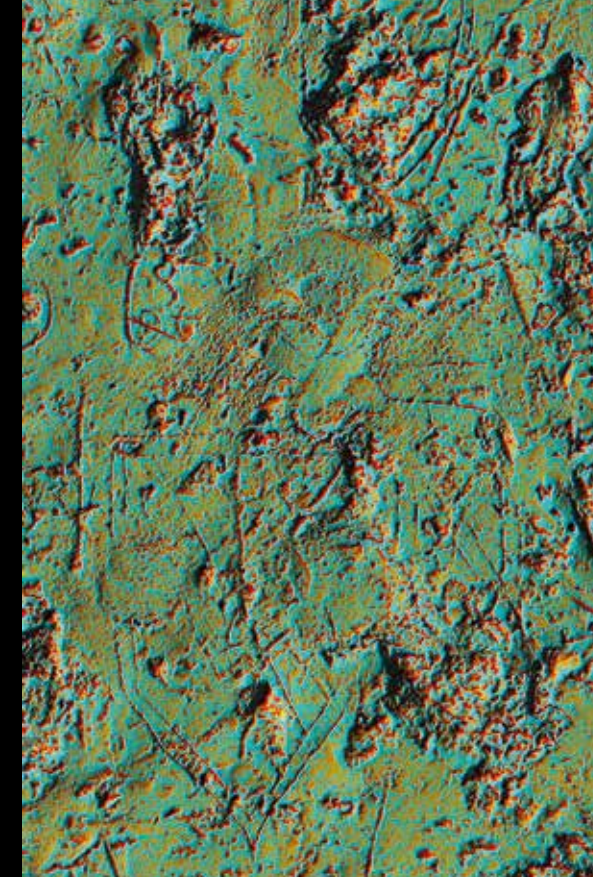
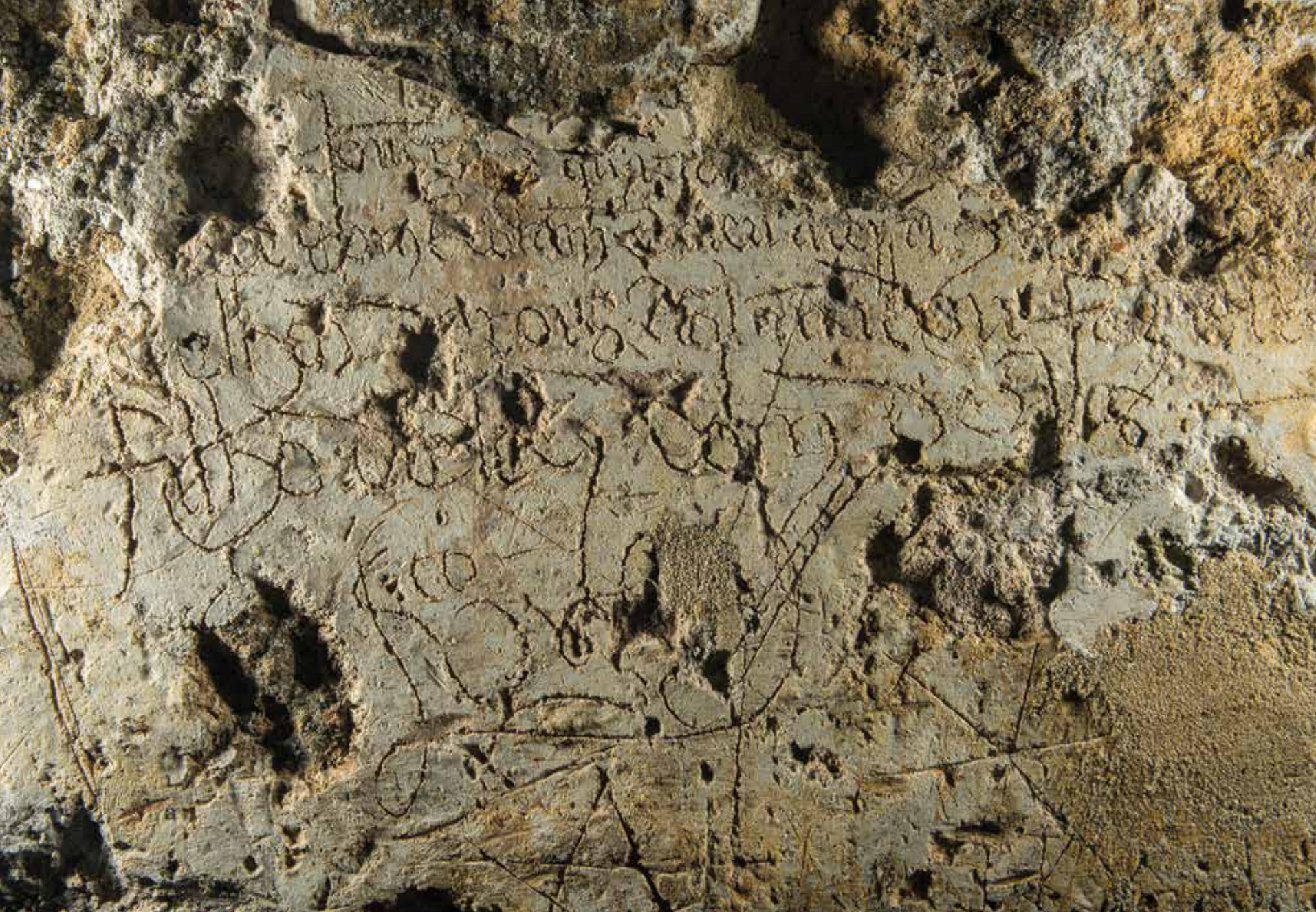
Crónicas do castelo

Um dia, a terra tremeu em Lisboa. Igrejas foram rasgadas ao meio, fornos foram destruídos e a morte lavrou na cidade. Numa parede do castelo, ficou escondida a memória de uma notícia funesta pelo traço de um escrivão.

Num acto semipúblico, um escrivão inscreve numa cartela uma mensagem que permaneceu incógnita durante mais de seis séculos. Lisboa fora abalada por um sismo e preparava-se para um ciclo de conflitos militares com Castela.

ILUSTRAÇÃO: ANYFORMS





A paleografia beneficia muito do contributo de novas metodologias de tratamento de imagem. Hugo Pires, da empresa Superfície, aplicou nas inscrições do Castelo de São Jorge o seu Modelo de Resíduo Morfológico (MRM), digitalizando tridimensionalmente cada objecto para depois permitir ressaltar micro-relevos no texto (à esquerda) e na área dos brasões (em cima). O MRM permitiu ao especialista Bernardo Sá Nogueira retirar dúvidas na leitura da inscrição principal, interrompida nas duas primeiras linhas pela fragmentação do reboco. Um segundo painel permanece por descodificar.

90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672
673
674
675
676
677
678
679
680
681
682
683
684
685
686
687
688
689
690
691
692
693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742
743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765
766
767
768
769
770
771
772
773
774
775
776
777
778
779
780
781
782
783
784
785
786
787
788
789
790
791
792
793
794
795
796
797
798
799
800
801
802
803
804
805
806
807
808
809
810
811
812
813
814
815
816
817
818
819
820
821
822
823
824
825
826
827
828
829
830
831
832
833
834
835
836
837
838
839
840
841
842
843
844
845
846
847
848
849
850
851
852
853
854
855
856
857
858
859
860
861
862
863
864
865
866
867
868
869
870
871
872
873
874
875
876
877
878
879
880
881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895
896
897
898
899
900
901
902
903
904
905
906
907
908
909
910
911
912
913
914
915
916
917
918
919
920
921
922
923
924
925
926
927
928
929
930
931
932
933
934
935
936
937
938
939
940
941
942
943
944
945
946
947
948
949
950
951
952
953
954
955
956
957
958
959
960
961
962
963
964
965
966
967
968
969
970
971
972
973
974
975
976
977
978
979
980
981
982
983
984
985
986
987
988
989
990
991
992
993
994
995
996
997
998
999
1000

*Nouenta e quatro [...] /
[...] dia de Sam bertolameu tremeu a terra sete [...] /
melhor depois. A qual mandou fazer El Rey dom Afonso /
filho d'El Rey Dom Denis.*

Vasco Gonçalvez

Leitura paleográfica de Bernardo Sá Nogueira (Universidade de Lisboa)
a partir de imagens de síntese de Hugo Pires (Superfície)

Texto de *Gonçalo Pereira*
Fotografias de *António Luís Campos*

Por defeito ou feito, a maior parte dos arqueólogos costuma caminhar com os olhos postos no chão, como se procurasse ininterruptamente vestígios sugestivos de outras ocupações do território. Num dia do Verão passado, sucedeu o inverso a Carlos Fabião. Durante uma visita de lazer ao Castelo de São Jorge, o arqueólogo da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa detectou a partir do solo a sugestão de uma inscrição na parede da Torre do Paço, a cerca de quatro metros de altura.

De um certo ângulo e com uma certa exposição luminosa, procurou tirar a questão a limpo, não fosse a luz solar pregar-lhe uma ilusão óptica. Fabião conhecia bem este espaço. Cresceu na mesma freguesia onde o castelo está implantado e passou parte da infância a explorar os cantos e recantos do monumento, fugindo dos legionários que então zelavam pelo castelo e que impediam a visita de crianças não acompanhadas. “Cheguei a sair daqui literalmente transportado pela orelha”, brinca. Mesmo assim, não assimilou de imediato a importância do achado. “Imaginei que, se fosse uma inscrição, já teria sido detectada, estudada e eventualmente publicada em artigo que eu não conhecesse”, conta. No entanto, quanto mais pesquisava, mais perplexo ficava: ninguém parecia ter reparado num texto gravado numa parede do monumento mais visitado do país, embora outro edifício tenha estado ali adossado durante alguns séculos, tapando a inscrição.

Alertada a unidade de Património Cultural do Castelo, coordenada por Susana Serra, a novidade foi acolhida com entusiasmo. “Não é todos os dias que se descobre uma novidade num monumento com ocupação continuada desde a Idade do Ferro”, diz a historiadora. Em breve, um andaime foi montado e encostado à parede, permitindo aos investigadores encostarem literalmente os olhos ao texto. E as surpresas não cessaram: a inscrição ocupava um espaço considerável de cerca de

quatro metros de largura. Incluía símbolos e caracteres, bem como a sugestão de três brasões. Agregava símbolos fálicos e possíveis sinais de tabelião em forma de estrela. E texto, claro. Cuidadosamente gravadas a estilete numa camada de reboco, as linhas de texto apresentavam-se como uma mensagem da Idade Média. Faltava, porém, quem a conseguisse ler e interpretar. Afinal, o que nos diziam os ocupantes do castelo do século XIV?

“TENHAM RESPEITO PELOS ESCRIVÃES”, brinca o meu interlocutor enquanto subimos o andaime num dia gloriosamente límpido de Novembro. “Eles pertenciam à elite da sociedade lisboeta dos

séculos XII a XV.” Bernardo Sá Nogueira, o autor destas palavras, é um especialista em paleografia portuguesa e história administrativa medieval em Portugal. Quando fala, imprime tanta vivacidade gestual e linguística ao que transmite que, por momentos, somos levados a pensar que a vida de um tabelião ou escrivão do século XIV era de facto repleta de aventuras.

Bernardo Sá Nogueira foi o especialista contactado pelo Castelo de São Jorge para tentar ler as inscrições. Habitado a descodificar manuscritos medievais, escreveu uma dissertação de mestrado sobre um tabelião que trabalhara em Lisboa entre 1302 e 1332 e uma tese de doutoramento

sobre as origens do tabelionato no país. Era claramente o homem certo na altura certa.

Com a presteza de um especialista em criptografia, procurou isolar letras que se destacassem na inscrição principal. Identificou os signos correspondentes ao ano “noventa e quatro” logo na primeira linha, uma pista importante para definir o intervalo provável de tempo para a produção da inscrição. “Portugal foi o último reino ibérico que abandonou o sistema de contagem dos anos conhecido como ‘era hispânica’ e só o fez em 1422”, explica. Durante muitos anos aceite como contagem a partir da conquista romana da Península Ibérica, sabe-se hoje que data da Alta Idade Média.



Entre 1938 e 1940, o castelo foi amplamente modificado. Em 1941, o boletim da DGEMN gabava-se da demolição de edifícios e da remoção de cerca de 120 mil metros cúbicos de entulho! Perdeu-se informação valiosa, mas o monumento continua a guardar segredos.

Logo a seguir, os olhos de Bernardo Sá Nogueira identificaram outro conjunto significativo de símbolos, redigidos no cursivo típico da Idade Média portuguesa. Palavra a palavra, mesmo com abreviaturas, o especialista identificou a referência ao dia de São Bartolomeu e a expressão “tremeu a terra”. “Abandonei o local com essa informação a bailar na minha mente e, durante o trajecto de carro para casa, recebi um telefonema entusiasmado de João Almeida [arqueólogo responsável do Serviço Educativo do Castelo de São Jorge].” Lera na Internet que um dos grandes sismos da história lisboeta ocorrera no dia 24 de Agosto de 1356. Precisamente no dia de São Bartolomeu. Não acontece muitas vezes na vida de um historiador, mas desta vez sucedeu: “Assimilei a informação: tínhamos acabado de ler na parede do Castelo de São Jorge a notícia de um terramoto.”

HÁ CERCA DE UMA DÉCADA, a historiadora Marisa Costa e o investigador João Fonseca, do Instituto de Engenharia de Estruturas, Território e Construção, apresentaram num congresso de sismologia o resultado de uma análise intensiva às fontes documentais sobre eventos sísmicos no período medieval. A sua pesquisa ganha agora particular actualidade. O evento de 1356 figura,

naturalmente, entre os documentos produzidos no século XIV, dando conta de estragos relevantes em Lisboa, Alcobaça, Setúbal, Silves e no resto do Algarve. Sentido numa quarta-feira antes do pôr do Sol, o sismo é referido por exemplo no *Livro da Noa*, que pertenceu à biblioteca do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, num trecho dramático: “(...) tremeu a terra e per tal guissa que as ca[m]paas se tangiam nos campanarios de seu e muytas casas e torres e castelos que cayron e se abrirom que ficarom pera cai[r]. Per todalas partes do mundo foy este tremor. E omees que stavam en fortes casas fugiam delas com medo que avian e Esto foy ante que se possesse o Sol durou per spa[ç]o du[m]a quarta d’ora do dia.”

Lemos a passagem do livro medieval e imaginamos o pandemónio na cidade, então concentrada nos bairros históricos em torno do castelo. Um acto lavrado anos depois, em 30 de Maio de 1361, na chancelaria de Dom Pedro I (1357-1367), o rei que sucedeu a Dom Afonso IV, lembra também que os quatro fornos da cidade de Lisboa que coziam pão foram destruídos. Mesmo em Sevilha, as grandes maçãs de bronze do campanário da catedral caíram e partiram-se, o que sugere a escala ibérica do fenómeno e a impressão assustadora que o mesmo gerou nas populações.

A capela real que Dom Afonso IV (1325-1357) mandara construir para ali ser sepultado com Dona Beatriz foi rasgada pela violência dos abalos e esse mau augúrio é particularmente sugestivo. O rei estava em fim de trajecto. Depois do sismo, sobreviveu pouco mais de nove meses e foi sepultado na Sé de Lisboa. Bernardo Sá Nogueira entende que esse aspecto não foi suficientemente valorizado pelos historiadores: quase todos os antecessores reais desde Dom Afonso II foram sepultados em mosteiros da Ordem de Cister: Dom Afonso II e Dom Afonso III descansaram em Alcobaça; Dom Sancho II morreu no exílio, sem possibilidade de escolher o local, jazendo na Sé de Toledo. Dom Dinis criou um panteão para si, mandando construir o Mosteiro de Odivelas. E Dom Pedro I, filho de Dom Afonso IV, escolheu também o Mosteiro de Alcobaça. “Só Afonso IV fugiu a esta regra. Terá o sismo influenciado a vontade régia, ao destruir a capela previamente erigida a mando do rei para sua sepultura?”, pergunta Bernardo Sá Nogueira.

“O GRANDE DESAFIO DA EQUIPA que gere o castelo é contrariar a acusação permanente de que não há autenticidade neste monumento”, comenta Teresa Oliveira, responsável pela gestão do monumento

desde 2004. “Em 2015, ultrapassámos pela primeira vez a barreira do milhão e meio de visitantes num só ano. Tivemos dias com oito mil visitantes e isso significa que o turista encontra inspiração e prazer no castelo. Ao mesmo tempo, também temos noção de que parte da comunidade académica interpreta este espaço em função da intervenção programática e impositiva da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) na década de 1940. E este castelo, como quase todos os outros, é entendido como um monumento muito ‘mexido’ e com pouco interesse.”

Entre 1938 e 1940, a DGEMN promoveu no Castelo de São Jorge uma intervenção radical de consolidação e interpretação. Augusto Vieira da Silva, um engenheiro militar que dedicou a maior fatia da sua vida profissional ao castelo, resumiu mais tarde o programa de reconstrução em que estivera envolvido, definindo-o como um esforço de restituição “à cidade, consertado e alegre, [d]o seu mais antigo e venerando monumento, evocador de eras passadas e factos ocorridos em Lisboa”. Dentro desse espírito, a DGEMN procedeu a terraplenagens, baixou drasticamente cotas de terreno e destruiu áreas construídas posteriormente à implantação do castelo, perseguindo um ideário nacionalista e romantizado.



Esta ilustração de autor desconhecido é uma das mais antigas representações de Lisboa. Guardada na Biblioteca da Universidade de Leiden, representa as zonas oriental e central da cidade no início do século XVI.

Para piorar o cenário, a pressão para incluir o castelo no programa das comemorações do oitavo centenário da fundação da nacionalidade acelerou intervenções que deveriam ter sido cuidadosas. “Não há dúvida de que se perdeu um volume gigantesco de informação”, admite Susana Serra, que hoje conhece o castelo palmo a palmo, após onze anos de trabalho no terreno. “Em muitos monumentos, a etapa fundamental para conservação do património é o entendimento das fases de construção. Aqui, infelizmente, é a percepção do que foi destruído. Mas isso não significa que todo o castelo seja produto do século XX.”

Para Carlos Fabião, para lá do mito sobre o “fabrico” do monumento, existiu outro factor dissuasor: há uma obra fundamental de análise do castelo redigida por Vieira da Silva em 1898 e republicada em 1937, antes portanto dos trabalhos de fundo e nunca continuada. “A segunda edição é praticamente a mesma do século XIX. Isso sugere que ninguém olhou para este monumento durante o século XX, como se o estudo tivesse terminado”, resume. “Hoje percebemos o valor histórico de testemunhos como este, até pela sua raridade: em Portugal, só se conhecem inscrições desta natureza no castelo de Arraiolos e mesmo essa descoberta data de 2010.”

No Verão de 2015, Carmen Barceló, catedrática da Universidade de Barcelona, deu um contributo inesperado para o conhecimento do castelo. Uma lápide funerária romana, encontrada em 1939 nas ruínas do castelo árabe e exposta então na Sala Ogival do Castelo e depois no Museu da Cidade de Lisboa, foi agora interpretada. Por baixo do epitáfio romano já lido por epigrafistas portugueses, a investigadora espanhola detectou e leu uma mensagem em árabe sobre o início da alcáçova de Lisboa em época de Hisam II, o último grande califa



A epígrafe árabe na lápide descoberta em 1939 no castelo e exposta no Museu da Cidade foi agora interpretada por Carmen Barceló.

de Córdova e o líder que ordenara o saque de Santiago de Compostela. Barceló remeteu a data de produção da epígrafe para 985 d.C. Por outras palavras, a inscrição sugere uma importante etapa de construção de época islâmica no castelo anterior em quase um século ao que as escavações de há duas décadas na mesma área tinham proposto. “A ciência faz-se assim”, resume Susana Serra. “Com novos dados e hipóteses. Mas, para isso, é preciso estudar este monumento.”

A ocupação e extensão do Paço Real, o castelejo, a Torre do Tombo original onde operavam guardas-mores como Damião de Góis e a torre onde hoje funciona a popular Câmara Escura, que está quase assente em caboucos, constituem focos de pesquisa possível. “As áreas arqueológicas em cotas inferiores ao nível islâmico não foram mexidas pela DGEMN e são igualmente sugestivas”, acrescenta Susana Serra. E há ainda a biblioteca de pedra, o inventário que a equipa de Património Cultural do Castelo tem em curso, com apoio da geóloga Madalena

Rodrigues, da conservadora-restauradora Mafalda Alegre e da documentalista Daniela Sebastião, procurando mapear as patologias e os materiais utilizados nas sucessivas fases de construção do monumento. O Laboratório HERCULES, em Évora, ajudou a caracterizar a argamassa, a cal e as areias usadas no reboco das inscrições. “A partir de agora, sempre que encontrarmos materiais semelhantes, podemos deduzir com mais segurança que foram aplicados em época semelhante à da Torre do Paço”, explica Madalena Rodrigues. O que nos leva de novo às inscrições e àquilo que elas revelam sobre a sociedade do século XIV.

O PASSO SEGUINTE DESTE PROJECTO é de natureza tecnológica. Hugo Pires e Luís Bravo, da empresa Superfície, foram convidados a testar no Castelo



O castelo tem um programa de investigação, mas não ignora as actividades pedagógicas e de fruição. No topo, uma demonstração lúdica das artes bélicas, organizadas pelo grupo Ofício Bélico. Em cima, a representação de uma animação projectada nas muralhas sobre os momentos mais importantes da história do monumento.

de São Jorge o seu processo de digitalização tridimensional e imagens de síntese aplicadas a arte rupestre, a epigrafia e agora a suporte paleográfico, um registo diferente, pois a flexibilidade da superfície não garante tanta durabilidade. “O método torna mais seguro o trabalho de interpretação dos especialistas, não é intrusivo e permite analisar o suporte longe do sítio arqueológico”, resume Hugo Pires. É precisamente isso que fazemos hoje em frente de um computador.

Manejando uma caneta digital por cima das imagens de síntese geradas pela equipa da Superfície, Bernardo Sá Nogueira decalca cada signo. Não é propriamente um estilete, mas o especialista em história medieval assegura que não é muito diferente da escrita com a pena. Enquanto decalca com a paciência de Job, emendando e repetindo gestos precipitados, explica as conclusões da sua interpretação. “O autor destas linhas tinha de ser um escrivão habituado a escrever sobre tabuinhas de cera e com muito treino manuscrito”, diz. “Nota-se nas abreviaturas usadas, na fluidez das palavras, nas fórmulas escritas muito próximas das que se usam nos documentos e até na guarda dentro da qual o autor assina e encerra o trabalho.”

Os notários (então chamados tabeliães) eram a fina-flor dos escrivães. Estavam juridicamente capacitados para redigir documentos e eram eles que escrituravam as actas dos processos judiciais. “Pense neles como os guardiões da memória escrita numa época em que não havia impressão e os livros eram escassos e escritos à mão”, explica Sá Nogueira. “Eram uma mini Torre do Tombo, uma classe poderosa.” Talvez um dia se descubra, no espólio de documentos medievais, um manuscrito redigido pelo mesmo homem que gravou a estilete a mensagem no castelo, fechando assim o círculo improvável da história.

Em que momento terá sido produzida a inscrição e com que objectivos? Carlos Fabião hesita quando aborda a questão da motivação. “Talvez nunca se saiba.” “Por que motivo alguém escreve uma memória futura na parede? Para lembrar um evento definidor? Para honrar um rei?” Ou para assinalar a conclusão do restauro de uma torre eventualmente sacudida por abalos sísmicos ou por conflito militar? São mistérios insondáveis.


A data de produção, porém, não é tão fugaz. Baseando-se no tipo de letra, Sá Nogueira acredita que ela poderá ter sido produzida no reinado fernandino (1367-1383). Depois do sismo de 1356, Dom Afonso IV já só reinou mais alguns meses. Seguiu-se-lhe Dom Pedro, que tomou em mãos a vingança da morte de Dona Inês de Castro e perseguiu os responsáveis. “Segundo a lenda, ao subir ao trono, Dom Pedro coroou o cadáver da rainha e obrigou a corte a beijar-lhe a mão. Foi um gesto que agitou a imaginação dos portugueses. O seu reinado constituiu um corte radical com a tradição do pai. Não o imagino a patrocinar uma inscrição que honrasse um momento no reinado afonsino.”

Resta portanto Dom Fernando I. “A caligrafia é compatível”, defende. “E há o pormenor económico: o restauro do castelo danificado representava um enorme esforço financeiro para a Coroa e justifica-se melhor face a um perigo.” Implicaria certamente uma razão forte: “Não a vejo no reinado de Dom Pedro e vejo-a por três vezes no de Dom Fernando com as três guerras com Castela”, diz.

Há mais símbolos na cartela da Torre do Paço e os trabalhos prosseguem. O Instituto Português de Heráldica já visitou o espaço, através do seu presidente Miguel Seixas, e estuda agora os brasões parciais ali gravados. Talvez outras palavras inscritas ajudem a compreender melhor

o sentido e intenção dos homens que, no século XIV, subiram a alguns metros de altura, aproveitaram o reboco fresco e ali deixaram a memória de um evento que certamente marcará a sua vida.

Ao descer do andaime em mais uma visita ao local, Bernardo Sá Nogueira não resiste a lembrar de memória uma passagem escrita por Frei Luís de Sousa nos *Anais de El Rei Dom João III*, curiosamente também um texto que esteve escondido durante dois séculos até Alexandre Herculano o reabilitar: “São os reis umas paredes brancas em que cada um se atreve a escrever o que quer.” Em poucos locais do país, esta frase faria mais sentido do que na Torre do Paço do Castelo de São Jorge. □



No enfiamento do troço da velha muralha do castelo, estende-se uma Lisboa incomparavelmente maior do que a de época medieval. Em toda a cidade, a calçada portuguesa impressiona os turistas que provavelmente não saberão que a primeira calçada com desenhos nasceu no castelo, em meados do século XIX, por intervenção de um tenente-general que queria ocupar os reclusos.